

A GUERRA SUBVERSIVA LIDA A PARTIR DA ESCOLA ESTRATÉGICA PORTUGUESA E DA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA NAS GUERRAS COLONIAIS EM ÁFRICA

António Horta Fernandes

ahf@fcsb.unl.pt

Docente do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Estrategista

Resumo

A guerra subversiva voltou hoje ter uma importância maior em diferentes cenários internacionais onde estão envolvidas as principais potências ocidentais. Cenários esses complexos, até porque, em alguns casos se veio juntar aos fenómenos de insurgência e contra-insurgência um fenómeno muito distinto como é o terrorismo. Assim sendo, e dadas as confusões conceptuais e nefastas consequências práticas de uma má avaliação do que significa uma guerra subversiva e concomitantes estratégias, impõe-se repassar pela doutrina da Escola Estratégica Portuguesa e pela experiência portuguesa no terreno, porquanto configuram ainda hoje os eixos mais atilados para compreender a natureza da tipologia de conflito em causa.

Palavras-Chave

Estratégia; Guerra; Subversão; Contra-subversão; Portugal

Como citar este artigo

Fernandes, António Horta (2017). "A guerra subversiva lida a partir da escola estratégica portuguesa e da experiência portuguesa nas guerras coloniais em África". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 8, N.º 2, Novembro 2017-Abril 2018. Consultado [online] em data da última consulta, DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.8.2.3>

Artigo recebido em 26 de Abril de 2017 e aceite para publicação em 30 de Junho de 2017





A GUERRA SUBVERSIVA LIDA A PARTIR DA ESCOLA ESTRATÉGICA PORTUGUESA E DA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA NAS GUERRAS COLONIAIS EM ÁFRICA

António Horta Fernandes

A reflexão sobre a guerra subversiva tem já uma tradição assentada em Portugal, que remonta ao período da Guerra Colonial, nos anos sessenta do século XX (Fernandes, 2004). Findo o período das guerras de emancipação das antigas colónias europeias em África e na Ásia, a tipologia das guerras subversivas hibernou, em parte, até vir a renascer em força no seio de algumas campanhas militares pós-11 de Setembro de 2001. Todavia, o seu renascimento parece ter vindo a ser acompanhado por uma certa indefinição, se não mesmo confusão, conceptual. Tem-se falado em guerras híbridas (Kilcullen, 2009), guerras do caos (Telo e Pires, 2013), guerras com várias gerações (Kaldor, 2012 - uma nova edição onde responde aos seus críticos), tem-se mesclado indevidamente a guerra subversiva com o terrorismo (Reis, 2016a)¹, e em todos estes casos, de alguma forma, se esqueceu a doutrina já fundamentada há decénios. Seria normal que muitos autores não portugueses não tivessem em conta a conceptualização realizada pelos polemologistas e pelos estrategistas de uma pequena potência. Já não é tão habitual que eventualmente autores portugueses recentes não tomem como referencial a referida doutrina portuguesa. Não por qualquer espécie de nacionalismo serôdio, mas simplesmente porque essa doutrina, a par da antiga doutrina francesa, continua a ser o que demais evoluído existe para compreender o fenómeno da guerra de subversão e concomitantes acções de contra-subversão, ou das guerras insurreccionais, evitando cair nalguns recuos conceptuais sérios. O maior dos quais está na importância atribuída à vertente militar para combater os insurrectos e à separação entre operações militares de contra-força e de estabilização por oposição às operações de reconstrução, como se tratasse de duas fases completamente distintas da guerra, operando com estratégias também heterogéneas, a primeira propriamente militar, a segunda predominantemente civil, ainda que realizada em ambiente conflitual, dito erroneamente (ao nível estratégico) permissivo ou semi-permissivo). Por detrás de uma tal compreensão errónea da guerra subversiva parece estar uma visão, ela assim algo serôdia da estratégia, segundo a qual a estratégia é algo como o aríete militar do poder de um actor político com expressão colectiva, ou então, como um método de organização e aplicação do poder, implicando hoje outras valências para além da militar, mas que ultimamente se afere pela capacidade putativa do uso da força militar. Assim, as fases

¹ Ao artigo de Bruno Cardoso Reis, replicou António Horta Fernandes (Fernandes, 2016), tendo por sua vez Bruno Cardoso Reis retrucado (Reis, 2016b), voltando António Horta Fernandes a responder (Fernandes, 2017). Para uma perspectiva crítica das relações da guerra e da estratégia com o terrorismo, veja-se (Fernandes, 2010).



de pós-estabilização dos conflitos seriam de alguma maneira fases pós-conflituais ou de conflito residual e, de certa forma, pós-estratégicas (Fernandes, 2014).

Porém, racionais desse género desconhecem a natureza da estratégia e da guerra contemporâneas, a prova de força não militar, as manifestações de conflitualidade hostil que ainda não são guerra (nem guerra fria, nem tão-pouco guerra quente), a prevalência da estratégia em todos os azimutes e a tempo inteiro. O resultado, conhecido, nem sempre tem sido o melhor, incrementando, em vez de diminuir, a entropia da cena internacional, como o mostram os casos do Iraque ou do Afeganistão. Impõe-se então, uma vez mais, centrarmo-nos no essencial do significado da guerra subversiva.

1. A Natureza da Guerra Subversiva

Em primeiro lugar, e uma vez que o artigo se centrará na guerra subversiva e concomitantes estratégia de subversão e de contra-subversão, torna-se necessário saber que fenómeno é esse da guerra subversiva, A guerra subversiva pode definir-se como a

"luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção" (O Exército na Guerra Subversiva, 1966: cap.I, 1).²

Para além da definição, é ainda importante precisar que sendo uma forma de guerra interna, em teoria apoiada ou não no exterior (ma prática foi sempre apoiada do exterior), a guerra subversiva evoluiu para uma tipologia genérica de guerra, fruto dos avatares estratégicos da guerra fria. Quer isto dizer que face à impossibilidade das superpotências usarem a força armada uma contra a outra, por causa do risco de uma guerra nuclear cataclísmica, tiveram de desenvolver modalidades alternativas de guerra, as quais, em boa verdade, estavam já *in nuce*. Esse desenvolvimento foi essencial para a criação da guerra subversiva, visto que nela o fulcro da acção não passa pela luta armada.

Na realidade, falamos em criação da guerra subversiva porquanto as chamadas pequenas guerras, as guerras irregulares, as guerras populares, as lutas das diferentes resistências durante o segundo conflito mundial, mais não foram que prolegómenos à guerra subversiva propriamente dita. Por outro lado, a chamada guerra de guerrilha é apenas uma metodologia de combate, baseada em pequenos grupos, emboscadas, contra-emboscadas, flagelações e retiradas rápidas, em suma, contacto intermitente, que pode, foi e é usado em diferentes tipos de guerra, incluindo a guerra convencional. Aquilo que acontece é que os movimentos subversivos, nos estádios iniciais, não tem capacidade armada para fazer outra coisa que não a guerrilha, e claro está, a contra-subversão, se for inteligente, vê-se confrontada com a necessidade de responder na mesma medida.

² Existem na doutrina estratégica portuguesa pequenas diferenças entre guerra subversiva e guerra insurreccional, que para este efeito podem ser deixadas de lado.



O fulcro subversiva não está na luta armada, não consiste em derrotar as forças militares da subversão ou da contra-subversão, embora, como guerra gerada a partir de um movimento interno, o seu gatilho tenha de ser sempre a luta armada, sob pena dos subversores depressa acabarem presos, dominados pelas forças policiais e sujeitos ao enquadramento jurídico-constitucional vigente para os tempos comuns. Assim, tanto a subversão como a contra-subversão visam conquistar o coração e as mentes da maioria da população dentro da qual se deu a revolta. Se for possível, convencer os adversários militares directos de que a luta não faz sentido, e acessória mas firmemente, diga-se, comprometer militarmente as forças adversas. Para tal, é nuclear, além da manobra diplomática no tabuleiro externo, o apoio psico-social, sanitário, de desenvolvimento ou de fomento em geral, isto é, um conjunto de manobras correspondentes às estratégias gerais económica, comunicacional, psicológica, cultural, a que o esforço militar apoia supletivamente. Este *comprehensive approach* não pode ser posterior às operações militares de combate, ofensivas e defensivas, e às subsequentes operações de estabilização. O esforço é um *continuum* onde desde o início, o que poderíamos designar de forma apenas aproximada por *state-building*, respondendo aos anseios e reclamações que geraram a revolta não só está presente como é o objectivo fundamental.

Através deste enquadramento teórico percebe-se melhor aquilo que distingue a guerra subversiva dos seus embriões históricos. Aquilo que historicamente caracterizou as acções proto-subversivas anteriores, até porque a guerra não tinha descolado do monopólio quase exclusivo da luta armada e a estratégia da estratégia militar, foi o predomínio do vector militar. O objectivo dessas acções era derrotar ou paralisar a manobra militar das autoridades por meio de um levantamento armado de uma franja da população, geralmente com recurso à guerra irregular. Como está bom de ver, não é esse o objectivo de uma guerra subversiva. Atente-se, por exemplo, à Segunda Guerra mundial, onde o objectivo da acção não era de todo conquistar a população mediante forças concorrentes, antes oferecer resistência aos alemães por meio de operações irregulares, visando infligir danos físicos e, sobretudo, morais às tropas ocupantes, desgastando-as. Procurando com isso apoiar supletivamente o eixo decisivo, convencional, da manobra realizada pelas forças aliadas.

No fundo, a guerra subversiva aproveita os elementos lançados em primeira mão pela guerra total, que alarga o conceito de guerra a outras esferas que não só a militar.³ Todavia, na prática, no período onde a guerra total se consubstanciou, entre o fim da Grande Guerra e o termo da Segunda Guerra, houve efectivamente uma mobilização geral, mas quase em exclusivo em apoio dos aparelhos militares, aríetes dessa mobilização. Apenas as restrições da era atómica e uma maior familiarização com as restantes modalidades de guerra e de estratégia permitiram o desenvolvimento de uma guerra em todos os azimutes, inclusive uma guerra em que o eixo central não fosse derrotar militarmente o adversário.

³ O conceito de guerra total foi introduzido pelo político e jornalista francês Léon Daudet, em 1918, e depois substancialmente desenvolvido e popularizado pelo general alemão Erich Ludendorff, em 1935, na obra *A Guerra Total (Der Totale Krieg)*. Daudet define a guerra total como a "extensão da luta nas fases mais agudas e crónicas aos domínios político, económico, comercial, industrial, intelectual, jurídico e financeiro. Não são só os exércitos que se batem, são as tradições, costumes, códigos, espíritos e sobretudo os bancos" (Daudet, 1918: 8). Já Ludendorff refere a guerra total à realidade total e omnipresente da relação entre Estados, respeitante à luta pela conservação da vida (no seu todo, claro está) de um povo (Ludendorff, 1937: 22 e ss.).



Porém, há que falar com cautela nesta guerra em todos os azimutes. Porque a guerra subversiva, embora tenha muitas vezes descambado numa espécie de guerra total, *a priori* faz uma leitura da realidade oposta à da guerra total. Lembremo-nos que a guerra total é a utilização, com a máxima intensidade, sem temperança, e simultaneamente de todos os instrumentos à disposição de um actor político. A guerra total inverte a pirâmide estratégica e praticamente reduz os objectivos políticos globais de uma entidade política àqueles relativos à hostilidade, aqueles que caem debaixo da alçada da estratégia (por exemplo, o objectivo de rendição incondicional das potências do eixo por parte dos aliados na Segunda Guerra). Ora, o ambiente do pós-guerra vai ser muito distinto, a estratégia readquire o seu lugar subordinado relativamente à política e a partir de então, se bem que se não volte atrás na possibilidade de usar todos os meios e não só os militares, o importante é usar esses meios de forma doseada, equilibrada, de acordo com os objectivos políticos globais e não apenas com os objectivos estritamente estratégicos, quando não tão-só de acordo com os objectivos estratégicos de teatro em dado momento.

Convém, no entanto, resumir as razões pelas quais a guerra subversiva tendia, durante a Guerra Fria (e continua a tender), a descambar numa guerra total, apesar de isso não ter ocorrido, pelo menos de forma franca, nas guerras coloniais portuguesas, e em particular para as forças portuguesas. É que para uma estratégia subversiva não havia frentes nem retaguardas, o espaço tinha-se distendido enormemente; no limite, poderia alcançar imensas parcelas do globo ou mesmo todo o globo. Levar a guerra ao coração do inimigo era agora levá-lo a quebrar, não por intermédio de bombardeamentos, mas por formas altamente subtis que dificilmente permitiriam a coragem do desespero que caracterizou a reacção aos bombardeamentos a cidades durante a Segunda Guerra Mundial. Era levar o inimigo a concluir que, mesmo os mais próximos, incluindo o vizinho, o amigo, o familiar, poderiam não estar com ele e, no limite, era ele mesmo o próprio inimigo de si mesmo e da comunidade e, portanto, deveria partir ou juntar-se às forças subversivas. Porém, partir simplesmente também não era fácil, porquanto a guerra subversiva se jogava igualmente no tabuleiro internacional, na opinião pública internacional e poderia parecer que em determinadas condições especialmente negativas quem não estava com a subversão lá longe de modo algum era julgado com bons olhos na nova ou nas novas comunidades onde intentava instalar-se.

"Com os desígnios de uma subversão mundial em grande escala, pode compreender-se o poder de atracção, mas também de repulsão e de comportamento psicótico que tais objectivos e condutas poderiam originar e realmente originavam" (Fernandes, 2007: 34).

A citação reflecte a associação histórica da guerra subversiva à guerra revolucionária durante a guerra fria, mas só a guerra subversiva por si era capaz de originar tais patologias no domínio psico-social. É que não se pode olvidar que a guerra subversiva tende a ser uma guerra de longa duração, de saturação, até porque a subversão não



consegue de todo desafiar a contra-subversão num confronto clássico nos estádios iniciais do conflito, além de que a população não se ganha num repente.⁴

A grande manobra de lassidão da subversão propicia, e realmente veio a ocorrer bastas vezes, como dissemos, um prolongamento das hostilidades que introduz sub-repticiamente os vícios da guerra total. Se contabilizarmos o tempo inteiro em que a guerra dura e caso leiamos o conflito como um instantâneo de longa duração, leitura perfeitamente legítima- a hemorragia inercial que a contra-lassidão não conseguiu estancar, ou apenas pôde entrecortar, sem quebrar todos os liames estruturais das diversas sequências temporais -, deparamo-nos, na realidade, como que com uma acção simultânea de todas formas de coacção, de todas as estratégias gerais disponíveis e utilizáveis pela estratégia integral e com intensidade máxima. É que a própria lógica interna do conflito, caso ele se prolongue, exige também ser lida assim. A lassidão e o arrasto do tempo só se concretizam em êxito exactamente na condição de unidade de tempo.

2. O caso português – breve resumo

No caso português, durante os anos das guerras coloniais em África (1961-1975), Portugal parece ter tido uma estratégia exemplar de contra-subversão, não apenas do ponto de vista do seu enquadramento conceptual – o manual, já citado, *O Exército na Guerra Subversiva*, é provavelmente o documento doutrinário, que saibamos, mais bem feito sobre a guerra subversiva e a melhor forma de nela combater – mas igualmente no terreno. É provável que as operações de guerra subversiva no Leste de Angola, entre 1967-1968 e 1973, usando de forma expedita e em proveito próprio as diferenças entre os movimentos subversivos (FBL-UPA, MPLA, UNITA), e manobrando a preceito o complexo xadrez externo, incluindo a geopolítica dos Estados vizinhos (uso de catangueses e zambianos), sejam as mais modelares alguma vez executadas no âmbito da contra-subversão. É claro que houve limitações, como um empenhamento excessivo de forças militares na chamada quadrícula – uma malha de cobertura do território, consistindo na sua divisão quadriculada em zonas de acção e de responsabilidade atribuídas às unidades militares, visando controlar o terreno e as populações – para garantir a segurança, reabastecimento, transportes e manutenção da área controlada, assim como (predominantemente) levar a cabo as acções de apoio psico-social, deixando escassa margem de homens para realizar acções de combate efectivas contra as forças insurgentes (o que levou à criação de uma reserva de unidades de intervenção libertas desse ónus). Todavia, a quadrícula era essencial para garantir o êxito da luta, que não era a derrota militar dos insurgentes, antes a conquista da população, que assim lhe negaria o apoio logístico indispensável e as fontes de recrutamento. Secar e não necessariamente eliminar o inimigo por via do seu isolamento era um desiderato fundamental, e bem mais eficaz, e com menos efeitos destrutivos contraproducentes (danos colaterais), como aconteceu no Vietname, daí que a própria doutrina previsse que

⁴ Os cinco estádios ou fases de evolução da acção subversiva geralmente apontados pela doutrina são os seguintes: 1ª fase – preparação da subversão; 2ª fase – criação do ambiente subversivo, uma fase de agitação; 3ª fase – consolidação da organização subversiva, correspondente à fase dos golpes de mão, atentados e demais acções de guerrilha; 4ª fase – criação de bases e de forças pseudo-regulares, fase onde existem áreas que a subversão controla montando um Estado paralelo; 5ª fase – Insurreição geral, fase final onde se dá um choque clássico entre forças (como aconteceu em 1975 no Vietname). Obviamente que à contra-subversão será mais fácil combater a subversão contendo-a nos estádios ou fases mais primitivos (*O Exército na Guerra Subversiva*, 1966: cap.I, 12).



mesmo para as forças militares o objectivo prioritário eram as populações e não o combate ao inimigo em si (O Exército na Guerra Subversiva, 1966: cap.II, 4-5).⁵ Dessa maneira não só se ganhavam as populações, como, dialecticamente, a subversão perdia força, mais depressa que sendo apenas ou maioritariamente fustigada por operações de contra-guerrilha, quando não por operações de maior alcance, uma vez que as operações de contra-guerrilha, embora de contra-lassidão, são também operações de desgaste que exigem um tempo longo, e pela sua própria natureza, os resultados dificilmente se apresentam estruturalmente (estrategicamente) concentrados. Apesar de tudo, poderiam ter sido mobilizados mais homens para as operações de combate, caso houvesse quadros civis em quantidade suficiente para os substituir em algumas das acções de segurança básica ou de fomento dentro do território quadriculado. Infelizmente, tal não era o caso, porque o investimento maior nas colónias africanas dá-se precisamente com o eclodir da guerra colonial e em resposta aos movimentos de emancipação. Uma vez mais, seguindo na perfeição o enquadramento doutrinal.

Parece que até aqui não fizemos senão desvalorizar a acção militar, uma vez que se a mesma não é a razão de ser da luta subversiva é inegável que sem acções armadas a capacidade de intimidação e de sedução (a guerra subversiva articula acções de coacção, com acções de constrangimento e ainda de sedução e acolhimento) da população pela subversão e o concomitante esforço de contra-subversão não progrediriam. Isso é evidente. Contudo, o que está em causa é que na guerra subversiva a estratégia é mais subtil e o emprego de forças militares em acções de combate, se bem que imprescindível, tem de ser extremamente ponderado, globalmente contido, atendendo ao todo da estratégia militar e ao conjunto das diferentes estratégias gerais, mas ao mesmo tempo resoluto e firme quando se justifica. Caso contrário, não só não é remuneratório, como pode deitar a perder o esforço estratégico integral e a manobra político de topo. A acção estratégica portuguesa foi no geral muito acertada, como provam analistas independentes, o caso do historiador norte-americano John Cann (Cann, 1998). A combinação da estratégia operacional, com as estratégias genética, estrutural e declaratória foi judiciosa, isto apesar do relativo isolamento internacional do país, que tornava difícil uma estratégia declaratória proficiente junto dos diversos governos e da opinião pública internacional.⁶

⁵ Onde se diz que as forças militares não devem representar senão uma pequena parte dos meios a empregar. Neste campo, as forças militares portuguesas tiveram sempre de suprir em excesso a falta recorrente de técnicos civis. Todavia, o manual também acrescenta que no âmbito estritamente militar as forças armadas não se devem restringir às acções contra as forças combatentes da população, mas devem colaborar na luta nos outros campos, inclusive nas fases mais avançadas da subversão. Mais ainda, quando pormenoriza as missões das forças militares da contra-subversão, os redactores do manual concluem que podem ter maior importância as missões cujo efeito seja conservar ou reconquistar o apoio das populações, ou sejam, as acções psico-sociais. Reconhecem que quando se atinge uma fase de implementação e consolidação da luta armada a missão mais importante das forças armadas é o combate às forças rebeldes. Ainda assim, finalizam referindo que a "experiência demonstra, sempre, que a medida mais eficaz para combater os bandos armados e guerrilhas é negar-lhes o apoio das populações (informações, víveres, medicamentos, recrutamento de pessoal, apoio moral, etc.), sem o qual não poderão subsistir" (O Exército na Guerra Subversiva, 1966: cap.II, p.24). Portanto, mesmo combatendo, antes de mais trazer a si a população é o cerne da acção e não o combate aos insurgentes por si mesmo. Ou dito de outra maneira: o combate aos insurgentes é estrategicamente instrumental e depende da conquista da população; o combate é útil na medida em que dialecticamente protege a população e faz cair nas boas graças dela. Enquanto noutros tipos de conflito o combate ao inimigo, ao adversário armado, é um fim em si mesmo em termos da estratégia militar e um dos fins interactivos da estratégia integral a usar pela síntese política superior.

⁶ Os quatro níveis ou formas da estratégia, na charneira entre a estratégia integral (denominada grande estratégia nos meios anglo-saxónicos, com escasso rigor) e as estratégias gerais são os seguintes, a saber: estratégia operacional, que diz respeito à condução e operação dos meios; estratégia genética, respeitante à geração e criação de meios; estratégia estrutural, respondendo à organização e articulação dos meios;



Todavia, por fim, Portugal viria a perder a guerra nas diversas frentes: Angola, Moçambique, Guiné. Quer dizer, tanto no teatro de guerra de maior êxito, o de Angola, como o de êxito intermédio, o de Moçambique, como o de relativo fracasso, o da Guiné. Dificilmente, no quadro internacional de então poderia Portugal vir a ter sucesso, dados os ventos da história, ou para dizê-lo com mais propriedade, o *Zeitgeist*. Seja como for, para além disso, contribuiu em muito para a derrota uma política que não esteve ao nível da estratégia executada. A particular cegueira das autoridades políticas portuguesas não permitiu integrar os objectivos estratégicos que iam sendo alcançados na síntese política de fundo, que deveria ser dinâmica e não dogmática, capaz de acolher as retroacções estratégicas que sobre ela incidiam. A política portuguesa deveria ter avaliado melhor a evolução da opinião tanto da sua própria população quanto do tabuleiro externo, sabendo compreender o *Zeitgeist* para poder acabar por dar autonomia às colónias numa posição negocial mais forte, mais favorável para as populações europeias no território, que tiveram de ser repatriadas à presa quase por inteiro, e capaz de encetar um conjunto de relações com os novos Estados sem complexos de culpa ou de desconfiança parte a parte. O que teria sido proveitoso não apenas para os interesses materiais de Portugal, mas igualmente para o seu prestígio e posição simbólica no mundo e na futura comunidade de países lusófonos.

Porém, não queríamos terminar sem fazer um balanço global, e não só português, em relação às guerras subversivas e revolucionárias ocorridas no período da guerra fria, quase sempre associadas a processos de descolonização, incluindo, portanto, uma marca de auto-determinação inerente a um nacionalismo mais ou menos incipiente nos casos africanos, e mais robusto, nos casos asiáticos.

Do ponto de vista técnico, a longa duração de uma guerra subversiva, essencial à subversão se pretende ter êxito, como atrás aludimos e desenvolvemos noutros lugares, tende a chamar a si os vícios da guerra total e mesmo a aproximar-se, aqui ou ali, da guerra absoluta. Ora, o preço a pagar por essa intensidade, a maioria das vezes insidiosa, da violência, ademais, durante muito tempo, pode ser (e tem sido) muito elevado. A guerra, como fenómeno singular, e na medida em que dura, tende a brutalizar as sociedades, por via do ensimesmamento habitual da violência. Na guerra subversiva, a intensidade da violência material não é tão óbvia, porém, a usura do tempo associada a um combate psico-social, sem frentes nem retaguardas, onde os institutos da vida comum se mascaram de guerra e a guerra se dissimula na paz, não deixa de acarretar uma incapacidade relativa para armar a paz, fazendo transparecer ainda muito depois os mesmos comportamentos psicóticos. Acresce que, na maioria dos casos estamos a falar de sociedades a cimentar, quando não a criar, frágeis materialmente, frágeis institucionalmente, frágeis ainda nos liames que ligam as pessoas, tanto mais que antes se procurou tanto dividir como unir, e em cada gesto de serviço à comunidade parece ter sempre havido uma segunda intenção, ainda que não declarada como tal. É evidente que o mesmo vale, ainda que eventualmente de forma muito menos intensa para os tecidos sociais nos quais se sustentam as forças de contra-subversão. Mas parece-nos claro que nesta tipologia de guerra o sucesso franco só pode acontecer se a contra-subversão abafar de imediato a subversão, ou se, por sorte ou milagre, as autoridades no terreno acharem por bem desistir logo no início. Tudo o resto, são sucessos limitados.

estratégia declaratória, tendo a ver com os efeitos retóricos dos actos ilocutórios de natureza expressiva na sua relação com os meios, naturalmente em face do outro, como acontece numa demonstração de forças ou num *show the flag*.



Na verdade, no longo prazo, o domínio das relações internacionais continuou a residir nas grandes potências, o seu ascendente nunca foi estruturalmente posto em causa por estes pequenos poderes subversivos e revolucionários, mesmo quando tiveram êxito e foram um estímulo para os demais. Face à sofisticação da guerra insidiosa que foram desenvolvendo, responderam as sociedades tecnologicamente avançadas com mais sofisticação, mantendo o ascendente na cena internacional, mesmo enfrentando clamorosas derrotas recentes, como no Iraque ou no Afeganistão. A delapidação de recursos humanos e materiais, muito significativa na longa duração apenas permitiu curtas vitórias de Pirro, deixando as sociedades que encarnavam essa subversão à beira do esgotamento e em situação de peonização na realidade internacional.⁷

Outra coisa é saber, para além dos resultados incipientes em termos comparativos em relação às potências com as quais os movimentos subversivos se bateram, e que tiveram como consequência a manutenção do ascendente e do controlo (cada vez mais o ascendente que propriamente um controlo franco) da cena internacional por parte destas mesmas potências, se todas estas guerras subversivas acabaram por afectar os equilíbrios internacionais, o prestígio das potências e, por conseguinte, o seu domínio relativo. Isto é, convém verificar, independentemente das eventuais vitórias das forças subversivas no imediato, ou do seu sucesso muito mais limitado a médio e longo prazo, se estas lutas acabaram ou não por trazer modificações substantivas à cena internacional e ao equilíbrio de poderes, à parte aquilo que os seus protagonistas julgaram terem ou não obtido e aquilo que foi efectivamente conseguido. Quer dizer, as guerras subversivas ajudaram a mudar o mundo, sim ou não?

Referências bibliográficas

Cann, John (1998). *Contra-insurreição em África. O modo português de fazer a guerra 1961-1974*. Lisboa: Atena.

Daudet, Léon (1918). *La Guerre Totale*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale.

Fernandes, António Horta (2004). "A Estratégia Entra na Idade Adulta: do Pós-Guerra à Contra-subversão em África". In Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal, vol.4*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp.551-574.

Fernandes, António Horta (2007). "A metamorfose da Estratégia no Contexto de um Século Violento". In António Paulo Duarte e António Horta Fernandes (org. e coord.), *Grandes Estrategistas Portugueses. Antologia*. Lisboa: Sílabo, pp.23-36.

Fernandes, António Horta (2010). "Estratégia, Guerra e Terrorismo: a Inexistência de um Vínculo Topológico". *Nação e Defesa*. Nº126: pp.245-259.

Fernandes, António Horta (2014). "A Estratégia Integral e a Guerra Subversiva". In Luís Machado Barroso e Luís Falcão Escorrega, coords., *Estudos de Homenagem a Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM, pp.195-217.

⁷ Mostra (pelo menos indirecta) disso parece ser a ausência de correspondência entre a expansão dos membros da Assembleia-Geral da ONU, com as descolonizações, e a sua relevância. Como se as descolonizações ao mesmo tempo que assinalavam o momento alto da ONU assinalassem também o seu ponto de inflexão no sentido descendente (Mazower, 2017: 305) – maneámos a edição portuguesa, particularmente desastrada no respeitante à tradução e à revisão.



Fernandes, António Horta (2016). "Perguntando a um Internacionalista sobre o Terrorismo: indagação crítica a propósito de um artigo de Bruno Cardoso Reis". *Idn brief*. Novembro 2016: pp.2-7.

Fernandes, António Horta (2017). "As Aporias do Terrorismo: contra-resposta a um polemista equivocado". *Idn brief*. Janeiro 2017: pp.2-7.

Kaldor, Mary (2012). *New and Old Wars: organised violence in a global era*. Cambridge: Polity Press.

Kilcullen, David (2009). *The Accidental Guerrilla. Fighting small wars in the midst of a big one*. London: Hurst & Company.

Ludenddorf, Erich (1937). *Guerra Total*. Lisboa: Editorial Inquérito.

Mazower, Mark (2017). *Governar o Mundo. História de uma ideia: de 1815 aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70.

O Exército na Guerra Subversiva, Volume I – Generalidades (1966). Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Reis, Bruno Cardoso (2016a). "Terrorismo Transnacional e a Ameaça ao Flanco Sul da NATO". *Nação e Defesa*. Nº143: pp.43-58.

Reis, Bruno Cardoso (2016b). "Terrorismo: como o definir". *idn brief*. Novembro 2016: pp.8-10.

Telo, António e Pires, Nuno Lemos (2013). *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação (1973-2013)*. Cascais: Tribuna da História.